



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 148/2023 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 008981/2023 SMSA

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA DO SAMU BOA VISTA.

Início do acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:

28/09/2023 às 09:00 horas

Limite do Acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:

16/10/2023 às 10:00 horas

Data do Pregão e horário da Disputa de Preços:

16/10/2023 às 10:00 horas

Solicitação dos Pedidos de Esclarecimentos:

Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação.

E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

Referência de Tempo:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Informações sobre Impugnação

(95) 3621-1770

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a abertura do **Processo nº 008981/2023**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 148/2023 - REGISTRO DE PREÇOS**, tipo menor preço por **ITEM**, a ser realizado as **10:00 horas** (Horário de Brasília), no dia **16/10/2023**, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, Decreto nº 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal nº 009/E, Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E de 21/11/2014, Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP, CONFORME DISPOSTO NO ART. 48,I, DA LEI 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, TENDO EM VISTA QUE O VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO É INFERIOR A R\$ 80.000,00, LIMITE ESTABELECIDO NA REFERIDA LEI..

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão coordenados pelo (a) Pregoeiro(a) do **MUNICÍPIO, José Wicleber Leal Castro**, com o apoio da Equipe, ambos designados pelo Decreto nº 103 – E/2023, publicado no DOM nº 5928, de 14/08/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico **COMPRAS.GOV.BR**.

2 – OBJETO

Eventual aquisição de equipamentos e insumos para o núcleo de educação em urgência do samu boa vista.

3 – ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio <https://www.gov.br/compras>, no portal <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes> ou quando solicitado através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com.

4.1.1 – As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no sítio <https://www.gov.br/compras>, e as publicações nos Diários Oficiais da União (DOU), do Município de Boa Vista (DOM) e no Jornal Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao(a) Pregoeiro(a), até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico pregao.pmbv@gmail.com.

4.3 – No Menu impugnações/esclarecimentos/avisos serão disponibilizadas os questionamentos, respostas, além de outras informações que o (a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados no certame devem consultar o sítio com frequência.

4.4 – O (a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.5 – Em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer CIDADÃO ou LICITANTE poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo ser enviada(s) através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com. A inobservância do prazo legal citado decairá o direito de impugnar os termos do edital.

4.6 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

4.7 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento tratar-se especificamente de temas alheios a competência do (a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso *Sine-Die*, até que os questionamentos sejam sanados.

4.8 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.9 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitem 4.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, Microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras>;

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.2.1 – suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, III e IV da lei 8.666/93;

5.2.1.1 – impedida de licitar e contratar com o Município de Boa Vista-RR, nos termos do artigo 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002;

5.2.2 – Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcios, conforme justificativa acostada no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital;

5.2.3 – com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial, exceto as empresas que estejam em recuperação judicial e desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5.2.4 – impedidas nos Termos do art. 9º da lei 8.666/93.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

5.2.5 – Que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;

5.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

5.4 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.4.1.1 – nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.4.2 – que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3 – que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4 – que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. A SMLIC verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório. (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> e <http://www.cnj.jus.br>);

5.4.5 – que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.6 – que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.7 – que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5 – A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

6.1 – Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.

6.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no referido sistema.

6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

6.3 – No que concerne a participação de microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, as referidas deverão acrescentar à sua firma ou denominação as expressões “Microempresa” ou “Empresa de pequeno porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, conforme o caso, sendo facultativa a inclusão no objeto da sociedade (art. 72, da Lei Complementar nº. 123/06).

6.3.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, em atendimento ao disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.3.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da DOCUMENTAÇÃO, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.3 – A não-regularização da DOCUMENTAÇÃO, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4 – Somente as Licitantes que apresentaram a proposta de preços e os documentos de habilitação em consonância com o Título 8, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.5 – As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

6.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

6.6.2 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7 – Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.

6.7.1 – A etapa de envio de lances durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.7.1.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.1.2 – Não havendo novos lances, conforme supracitado, a sessão será encerrada automaticamente.

6.7.1.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º, do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,01 (um centavo de real).

6.9 – Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6.10 – A LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES, AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.

6.11 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

6.12 – No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12.1 – Quando a desconexão do sistema para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 – Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do artigo 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.14.1 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.

6.15 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.16 – Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro(a) encaminhará no sistema a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.17 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18 – A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.19.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

6.20 – O preço total que seja superior ao estimado para a contratação, constante do Termo de Referência no Anexo I, não será aceito e adjudicado.

6.21 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.22 – O (a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante melhor classificado para enviar documentos complementares à proposta e à habilitação, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas a contar da solicitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta e da inabilitação.

6.23 – Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

6.24 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

7 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

7.1 – O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, as Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

7.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no *site* <https://www.gov.br/compras>.

7.3 – O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.4 – O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

8 – PROPOSTA DE PREÇO

8.1 – A proposta de preços e os lances formulados, contemplando o preço global ofertado para cada **ITEM**, bem como os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

8.2 – Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o preço global da proposta para cada **ITEM**;

8.3 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **ITEM**;

8.4 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.

8.5 – O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.5.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

8.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

8.7 – A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.7.1 – A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada nos termos do item 8.7, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observadas as exigências contidas no Termo de Referência (ANEXO I – Edital) e os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

8.8 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.8.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.9 – A proposta de preços deverá obedecer às seguintes condições:

- a) Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.
- b) Deverá ser apresentada conforme Anexo V – Modelo de Planilha/Proposta de Preço em uma via ou em modelo próprio, com identificação da empresa proponente, dados bancários, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.
- c) Ser apresentada com a mesma marca da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação.
- d) A proposta de preço deverá ter validade de **90 (noventa) dias**. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será válida por **90 (noventa) dias**.

8.10 – O envio da Proposta de Preço pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital; o proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.11 – O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

8.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta de preço.

8.13 – **O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRAS.GOV.BR – e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

9.1.2 – Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o comprador e nem firam os direitos dos demais Licitantes.

9.2 – Será desclassificada a proposta que:

- a) não se refira à integralidade **ITEM**;
- b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme disposto nos termos do § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93.
- c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no instrumento convocatório.
- d) do arrematante que esteja superior ao valor estimado de cada **ITEM**.

9.3 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

9.4 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços, solicitadas nos subitens 8.7 e 8.7.1 deste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto a disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada.

9.4.1 – Após manifestação da Secretaria demandante quanto ao disposto no item 9.4, o Pregoeiro prosseguirá para a fase de análise dos documentos de habilitação da empresa ora arrematante. Caso o parecer seja desfavorável o Pregoeiro desclassificará a arrematante e convocará a licitante melhor classificada na disputa dos lances.

9.4.2 – Havendo a convocação da licitante remanescente na fase de preços, o pregoeiro procederá às mesmas condições previstas no item 9.4.

9.5 – O(a) Pregoeiro(a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, junto a proposta de preços, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, sob pena de INABILITAÇÃO.

10.2 – Para habilitação dos licitantes, serão exigidas as seguintes documentações:

10.2.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade do Licitante com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- b) Certidão conjunta de regularidade da fazenda e dívida ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014;
- c) Prova de regularidade com o FGTS (conforme Lei 8.036/90);
- d) Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

10.2.3 – Qualificação Técnica:

- a) Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

10.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou Certidão de Recuperação Judicial afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme disposto no **Acórdão 1201/2020-TCU**, expedidas pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua emissão, salvo as exigências constantes no **item 10.6, alínea “c”**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação.

b.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem apresentarem **Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado**.

b.3) A comprovação de boa situação financeira da licitante será avaliada com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) definidos na IN 02/2010 SLTI/MPOG, em consonância com o disposto no art. 31, § 1º e § 5º da Lei nº 8666/93, conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.2.5 – Serão inabilitados os proponentes que apresentarem resultado menor do que 01 (um), em qualquer um dos índices obtidos na avaliação da situação financeira, de acordo com o disposto no item 10.2.4, alínea “b” e seus subitens;

10.2.6 – Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação;

10.2.7 – Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade da licitante a prestação das informações no momento da apresentação da proposta de preços, Item 8 do Edital.

10.3 – ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTE EDITAL, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.4 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviadas nos termos do disposto no item 6.1.

10.4.1 – É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.2 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

10.5 – Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias (nos termos do Art. 3º, II da Lei 13.726/2018), bem como os licitantes poderão solicitar à SMLIC nos dias que antecedem a abertura da sessão a certificação “Confere com original” das documentações apresentadas, reservando-se o direito de, a qualquer momento, exigir os originais para comparação e comprovação de sua autenticidade.

10.6 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

c) se o licitante for à matriz e o executor do objeto for à filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à filial e o executor do objeto for a matriz, observando-se o disposto na alínea “a” deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7 – A documentação exigida neste Edital, para Habilitação e Proposta de Preços, não poderá conter rasuras, ressalvas, emendas, borrões e entrelinhas.

10.8 – Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação, exceto:

a) Atestado de Capacidade Técnica que obedece o disposto no § 5º art. 30 da Lei Federal nº 8666/93;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, cujo o prazo de validade será conforme o descrito no item 10.2.4, alínea “a” deste Título.

10.9 – O não envio de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente.

10.10 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os documentos de habilitação referentes à qualificação técnica à Secretaria demandante, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no item 10.2.3 do presente edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

10.10.1 - Após a manifestação da Secretaria, o (a) Pregoeiro (a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

10.11 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer,





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 – Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 – Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor. Caso não ocorra a interposição de recursos caberá o (a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 – Após adjudicação, os autos serão encaminhados à Controladoria Geral do Município – CGM para análise dos procedimentos licitatórios. Aprovada a regularidade/legalidade os autos serão encaminhados para homologação da autoridade competente.

13 – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

13.2 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

14 – PAGAMENTO

14.1 – Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:

Programa de Trabalho nº:

Natureza de Despesa:

Fonte de Recursos:

Valor Estimado: **R\$ 188.515,48 (cento e oitenta e oito mil quinhentos e quinze reais e quarenta e oito centavos).**

14.2 – Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação serão efetuados conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

14.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

15– DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

15.1 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor (es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, **salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.**

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Quanto as sanções administrativas, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

17.1.1 – Anexo I – Termo de Referência;

17.1.2 – Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.3 – Anexo III – Minuta Contratual

17.1.4 – Anexo IV – Informações para Formalização do Contrato;

17.1.5 – Anexo V – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.

17.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.4 – O Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

17.4.1 – Se houver solicitação de documentos em diligências, estes poderão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista, localizado à Rua General Penha Brasil, nº. 1011, Bairro São Francisco, Palácio 9 de julho, CEP 69.305 – 130.

17.4.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

17.4.3 – Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a respectiva somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

17.5 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na SMLIC para conhecimento dos participantes da licitação.

17.7 – Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.8 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

17.10 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista – RR, 27 de setembro de 2023.

José Wicleber Leal Castro
Pregoeira





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01 . APRESENTAÇÃO

1.1 Atendendo ao disposto sobre procedimentos licitatórios, definido pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentado nacionalmente pelas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto nº 113-E, de 19 de novembro de 2014, publicado no DOM do dia 19 de novembro de 2014, regulamentou o Sistema de Registro – SRP previsto no § 3º do art.15, e art. 118 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 para as contratações de serviços e a aquisição de bens e como demais legislações complementares aplicadas a matéria, elaborou-se o presente Termo de Referência.

02 . DO OBJETO

2.1 Aquisição de equipamentos e insumos para o Núcleo de Educação em urgência do SAMU Boa Vista.

03 . DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS

3.1 A descrição e quantidade a serem adquiridas deverão estar de acordo com as informações descritas conforme Anexo I, deste Termo de Referência;

3.2 Na ocorrência de alguma divergência na descrição dos equipamentos e insumos fornecidos pelo código CATMAT cadastrado no sistema Comprasnet, o descritivo a ser seguido é o constante no anexo I deste Termo de Referência.

04 . DA JUSTIFICATIVA DO PROCESSO

Um importante componente da assistência à saúde no Brasil são os serviços de urgência e emergência. A demanda por estes atendimentos vem crescendo de forma gradativa nos últimos anos devidos, principalmente, ao aumento do número de acidentes e violência urbana, e ao modelo de enfrentamento das condições crônicas da saúde pública do país e, mas recentemente por uma pandemia. Visto a demanda, acrescido à insuficiente estruturação da rede assistencial, tem contribuído de forma substancial para a sobrecarga dos serviços de urgência e emergência disponibilizada à população O SAMU é um serviço de saúde Coordenado pela Central de Regulação Médica Estadual, desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Saúde com financiamento das ações de forma tripartite em fundo a fundo. A Central de Regulação intermédia todos os atendimentos clínicos e traumáticos e transferências inter-hospitalares de pacientes graves sendo estes, primários ou secundários, promovendo a ativação das equipes apropriadas e a transferência dos pacientes.

O Ministério da Saúde, através da Portaria nº 1864/GM, em setembro de 2003, iniciou a implantação do componente móvel de urgência com a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU-192. O SAMU 192 é o componente pré-hospitalar móvel visa o atendimento à vítima após ter ocorrido um agravo à saúde considerada primária ou secundária. Atualmente, o SAMU 192 é regido no Brasil pela Portaria nº 1010/2012 e recentemente passou por uma consolidação através da portaria de consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017 com o **assentamento** das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

O processo de educação permanente, conforme a Portaria nº 198/MS, de 13/02/2004, a Política Nacional de Educação Permanente para o SUS, visa uma integração entre os diversos segmentos dos serviços de saúde, propondo mudanças nos processos formativos e nas práticas pedagógicas do gerenciamento da saúde. Tendo como objetivos específicos:

- Ampliação e fortalecimento dos cursos, integração ensino e serviço;
- Aprimorar as ações de Educação continuada no SAMU/BV;

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

- Fortalecimento das ações da equipe de atendimento;
- Diminuir a morbimortalidade;
- Transformações do processo de trabalho, objetivando a melhoria da propriedade dos serviços;
- Fomentar o desenvolvimento dos trabalhadores e qualificar a atenção e a gestão em saúde.

O conhecimento de técnicas e procedimentos na área da saúde, mas especificamente relacionados ao Atendimento Pré-hospitalar – APH, é essencial aos profissionais do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU 192 Boa Vista, não apenas para se destacar profissionalmente, mas também para que em qualquer situação proporcionem um atendimento correto e atualizado aos pacientes que virão a ser atendidos nos caos de urgência e emergência no município de Boa Vista. Com o rápido avanço tecnológico e novas pesquisas nas áreas da saúde sendo lançados todos os dias, a reciclagem do profissional de atuação no sistema de urgência e emergência é fundamental e auxiliá-lo na execução dos diversos processos no seu ambiente de trabalho. Os cursos de atualização realizados pelo Núcleo de Educação Permanente – NEU/SAMU/BV são de suma importância e auxilia para que esses profissionais estejam sempre atualizados e prontos a responderem a qualquer chamado de emergência.

As atividades do eixo Educação em Serviço realizado pelo NEU são desenvolvidas, continuamente, por meio de planos de aulas anuais para desenvolvimento de atividades periódicas e ativas para todos os profissionais do SAMU/BV. Nesse sentido apresenta-se a identificação da adequação e reestruturação do NEU/SAMU/BV para um aprimoramento dos profissionais e do serviço por meio de novas temáticas e materiais, mas avançados ou que não temos nos dias atuais para aprimoramento, colaborando com isso na efetivação das ações em saúde com ênfase na educação continuada.

05. DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1 Vedada à participação na licitação de empresa em regime de consórcio, considerando que a ausência de consórcio não acarretará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, mormente em relação à qualificação técnica e econômica financeira, o que não ocorre no objeto do referido Termo de Referência. Assim, nos termos do artigo 33, da Lei n. 8666/93, o Município de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Saúde infere que a vedação de participação de empresa constituída em consórcio, na licitação objeto do Termo de Referência em tela, é a que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

06. DA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

6.1 A habilitação dos interessados ocorrerá mediante a apresentação das documentações abaixo descritas, de acordo com as determinações da Lei 8.666/93, em seu Art. 27, Incisos I à V:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação técnica:
 - d1) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da licitação;
 - d2) Apresentar Registro ou Isenção quando for o caso dos equipamentos e insumos na ANVISA conforme RDC nº 185/2001 ou cópia da publicação no D.O.U, para os itens do Anexo I.

07. DO PRAZO, RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

7.1 O prazo para entrega dos equipamentos e insumos serão de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela Superintendência de Atenção Especializada.

7.1.1 Para as empresas contratadas, que sejam de outros estados da federação, caso o prazo limite acima determinado seja descumprido, mas tendo elas comprovadamente realizado envio/postagem/despacho dos equipamentos, em conformidade com a ordem de fornecimento, até o 15º (décimo quinto) dia da contagem do referido prazo, far-se-á o uso da razoabilidade quanto à aplicação de penalidades legais e contratuais;

7.1.2 A comprovação de envio/postagem/despacho deverá ser feita por meio hábil e idôneo, sendo aceitos para essa finalidade: comprovantes emitidos pela empresa responsável pelo transporte dos equipamentos e insumos;

7.2 A contratação será formalizada pela SMSA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666 de 1993;

7.3 Os equipamentos e insumos serão entregues no horário de expediente ao DGPS - Departamento de Gestão Patrimônio e Suprimentos, situada na Av. Sebastião Diniz, nº 243 – Centro, Boa Vista – Roraima, no horário de (08h30min às 11h30min e 14h30min às 17h 30min), no qual deverão ser acompanhadas das referidas Notas Fiscais, que deverão estar em nome do MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL, sem nenhum tipo de ônus ao Município sendo recebidos pelos Fiscais nomeados por Portaria.

7.4 Os equipamentos e insumos serão recebidos e aceitos após o prazo disposto no item 8.1 da seguinte forma:

Provisoriamente: no momento do recebimento, compreendendo, as seguintes verificações:

- a) Quantitativo dos equipamentos entregues;
- b) Apresentação de documento (**Nota Fiscal/DANFE**) com identificação do fornecedor.

7.4.2 Definitivamente: deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, compreendendo as seguintes verificações:

- a) Dos equipamentos e insumos entregues de acordo com as especificações exigidas no Edital e na proposta da CONTRATADA;
- b) Qualidade dos equipamentos e insumos;
- c) Conformidade da documentação (Nota Fiscal/DANFE) e proposta apresentada pelo Fornecedor.

7.5 As despesas da entrega dos equipamentos e insumos, fretes e carretos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade sobre a entrega;

7.6 Os equipamentos e insumos deste termo serão recebidos em local especificado, conforme item **7.3**;

7.7 Caso satisfatórios os Fiscais do Contrato, lavrar-se-á um Termo de Recebimento, que deverá obedecer as exigências da Portaria nº 253/2016-SMSA, DOM Nº 4142 de 14 de abril de 2016, a qual atestará a nota de transporte ou equivalente, ficando a conferência e atesto das Notas Fiscais/DANFEs a serem realizadas na presença dos Fiscais do Contrato, sendo estes, responsáveis pelo acompanhamento da entrega dos equipamentos e insumos e fiscalização do contrato;

7.8 Caso sejam insatisfatórias as verificações, os Fiscais do Contrato lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações contidas neste Termo. Nesta hipótese, o(s) equipamento(s) e insumos será (ão) rejeitado (s), devendo ser substituído(s) no prazo **máximo de 30 (trinta) dias**;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

7.9 Caso a substituição não ocorra nos prazos previstos neste Termo de Referência, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, ficando sujeita à aplicação das sanções constantes neste Termo;

7.10 Os custos da substituição dos equipamentos e insumos rejeitados correrão exclusivamente à conta da Contratada;

7.11 Aceitação Definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos equipamentos e insumos permanentes fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo;

7.12 As notas fiscais /DANFES devem conter o número de empenho de referência de acordo com a proposta.

7.13 Os equipamentos e insumos deverão ser entregues acondicionados, em embalagem resistente o suficiente para proteger contra a poeira, umidade e garantir a integridade física durante o manuseio, transporte e estocagem a fim de evitar arranhões, deformações, quebras e outros tipos de avarias;

7.14 Serão rejeitados os equipamentos e insumos que estiverem em desconformidade com as descrições conforme anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, arranhados, violados ou velhos, ficando a contratada obrigada a proceder com a substituição, de acordo com o **item 7.8** deste termo, sob pena de multa;

7.15 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

08. DA GARANTIA

8.1 Os materiais deverão ter garantia de fábrica (assistência técnica local) mínima de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento, aplicando-se no que couberem, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 – Código Defesa Consumidor;

8.2 Os materiais deverão ser fornecidos com 01 (um) manual impresso ou digital em português.

8.3 Caso o fabricante e/ou fornecedor possua uma política de garantia superior à especificada neste item, deverá ser adotada a que melhor beneficie a Administração Pública;

8.4 No caso dos equipamentos e insumos apresentarem defeitos e, conseqüentemente ser substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

8.5 Os ônus de substituição dos equipamentos e insumos serão suportados exclusivamente pela contratada.

09. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Realizar a entrega dos equipamentos e insumos para o qual foi vencedor conforme especificado no anexo I, e de acordo com item 08 deste Termo;

9.2 Caberão à licitante vencedor a entregar o objeto, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dessa entrega, devendo os equipamentos e insumos atenderem rigorosamente as especificações e prazos constantes neste Termo de Referência;

9.3 Independentes da aceitação, o adjudicatário garantirá a boa qualidade dos equipamentos e insumos para o uso, obrigando-se a substituir, na hipótese de apresentar defeito, num prazo máximo de **05 (cinco) dias**, por outros equipamentos e insumos com qualidade igual ou superior;

9.4 Comunicar ao Núcleo de Educação em urgência do SAMU e aos respectivos fiscais, eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem Recebidos;

9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
 e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

9.6 Responder por quaisquer danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

9.7 Manter durante a execução do objeto todas as exigências deste Termo de Referência e legislação pertinente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Designar Fiscal (is), com competência legal, para exercer a fiscalização da entrega e acompanhamento da execução do contrato, por servidores especialmente designados para este fim;

10.2 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações contratuais;

10.3 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;

10.4 Notificar a CONTRATADA, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato;

10.5 Notificar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência fixando prazo para sua correção;

10.6 Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal (is) nas condições e prazos estabelecidos no contrato e, realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos;

10.7 Exigir a qualquer tempo da CONTRATADA, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;

10.8 Fiscalizar e inspecionar a entrega dos equipamentos e insumos e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-las, quando as não atenderem as exigências técnicas especificadas;

10.9 Disponibilizar espaço apropriado para guarda/armazenamento dos equipamentos e insumos, consoante determinação do art. 15, § 7º, III da Lei 8.666/93;

10.10 Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e Orientação técnica da CGM 05/2016, Diário Oficial do Município de Boa Vista – nº 4106 de 22 de Fevereiro de 2016;

11.2 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº. 8.666/93).

12. RESCISÃO E DAS PENALIDADES.

A empresa convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, ficará impedida de licitar com o Município de Boa Vista caso incida em:

a) Não celebrar o contrato;

b) Deixar de entregar documentos e apresentar documentação falsa;

c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

d) Não mantiver a proposta;

e) Cometer fraude fiscal.

12.2 Serão garantidos o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, sem prejuízo das multas previstas em Edital e as demais consideradas legais;

12.3 A recusa injustificada em assinar o Instrumento Contratual, **no prazo de 05 (cinco) dias corridos**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, de acordo com o art. 81 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993;

12.4 O descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos quanto à entrega dos objetos constantes do processo licitatório, garantida a prévia defesa, ensejará na rescisão do contrato e/ou cancelando a Nota de Empenho, nos termos dos artigos 77 e 78, sem prejuízo do eventual exercício dos direitos previstos no artigo 80 e da aplicação das penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/93;

12.5 A multa moratória, prevista no artigo 86 da Lei n.º 8.666/93 será calculada pelo percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;

12.6 A multa a que se refere o inciso II do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93 será de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor não executado;

12.7 No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a SMSA as sanções administrativas aplicadas a CONTRATADA serão:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Vista;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.8 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e podem ser acumuladas;

12.8 Da aplicação das penalidades definidas neste item caberão recurso no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação;

12.9 O valor das multas será descontado dos créditos da CONTRATADA, desde já expressamente autorizado.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O prazo para pagamento de serviços e aquisição, será de 30 (trinta) dias após liquidação das Notas Fiscais /Faturas no Fundo Municipal de Saúde – FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, conforme Lei n.º 1.355, de 19 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial do Município n.º 2986, de 20 de julho de 2011;

13.2 Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar: Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL. CNPJ: 05.943.030/0001-55 Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, n.º 1011 – Bairro São Francisco. CEP: 69.305-130.

13.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

13.4 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

13.5 Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

13.6 A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

13.7 Nas Notas Fiscais/DANFE deverá constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta.

13.8 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

13.9 A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

14. DOS CUSTOS

14.1 O valor estimado para aquisição dos equipamentos e insumos do presente Termo constará do valor obtido após realização de pesquisa de preços a ser realizada: painel de preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldepreco.planejamento.gov.br>, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com os fornecedores desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de **06 (seis) meses. (IN nº 65, de 07/07/2021)**;

14.2 No valor unitário dos equipamentos e insumos deverão estar agregados todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral dos equipamentos, envolvendo entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem e demais custos relativos à aquisição dos equipamentos e insumos.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Nos termos dos artigos 7º § 2º do Decreto nº 7.892/2013 e art. 15 do Decreto Municipal nº 113 – E, “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 Poderão utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à SMSA, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 113 – E até o limite adicional de 100% dos quantitativos registrados para utilização da SMSA.

17. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

17.2 Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

17.3 Observar, durante a vigência da Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

17.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

17.5 Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a Ata;

17.6 Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na Ata.

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

18.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

18.1.1 Pela Administração, quando:

- a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta no Edital da licitação;
- b) A detentora não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
- g) A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
- h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município-DOM, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação;

18.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

19. DA VIGÊNCIA

19.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, durante esse período a SMSA não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições;

19.2 O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 de dezembro do decorrente ano, conforme caput do art. 57 da Lei 8.666/93, iniciando a partir da sua assinatura;

19.3 A Assinatura do Contrato deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos, através de assinatura digital, onde o instrumento contratual estará disponível no link do endereço eletrônico <http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/default.aspx> ou da convocação para retirada do instrumento contratual.

20. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1 Aplicam-se no que couberem, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 – Código Defesa Consumidor, quanto à garantia do produto e obrigações do CONTRATANTE;

20.2 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente instrumento;

20.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesse termo exclui-se o dia do início e inclui-se o dia dos vencimentos, observado que só se iniciam e vencem prazos em dia da Unidade Gestora, decorrentes deste instrumento;

20.4 Os casos omissos e as dúvidas que surjam quanto ao cumprimento das aquisições, constantes do Termo de Referência, serão resolvidos pela Contratante e exclusivamente no FORO da cidade de Boa Vista/RR.

21. ANEXO

21.1 ANEXO I - Planilha de quantitativo e descrição dos equipamentos e insumos.

Boa Vista, data constante no sistema.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Digitado:

(Assinatura eletrônica)
JULLI CAMPELO LIMA
Núcleo de Controle de Processos – NC

De acordo;

(Assinatura eletrônica)
ENOLLA RITA FONSECA
Núcleo de Controle de Processos – NC

(Assinatura eletrônica)
FABIANO ALMEIDA DE SOUSA
Núcleo de Controle de Processos – NC

Responsáveis:

(assinatura eletrônica)
LUCIANO JOSÉ COUTINHO
Diretor do SAMU – Boa Vista/RR SAE/SMSA/PMBV

(assinatura eletrônica)
NAMIS LEVINDO DA SILVA FILHO
Superintendente de Atenção Especializada SAE/SMSA/PMBV

Aprovado:

(Assinatura eletrônica)
LUIZ RENATO MACIEL DE MELO
Secretário Municipal de Saúde Adjunto/SMSA





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO I

ITEM	CATMAT	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
1	482530	SIMULADOR TORSO PARA DRENAGEM DE TÓRAX	Descrição: simulador de drenagem torácica, confeccionado em PVC, resina plástica emborrachada siliconada e membrana gelatinosa, indicado para o treinamento de: Pneumotórax Hipertensivo Bilateral; Toracocentese, Hidropneunotorax; Colocação de Dreno; representando o tórax de um paciente adulto, sendo possível identificar as estruturas anatômicas que orientam os procedimentos tais como: Abdômen; Tórax, Processo Xifoide, Esterno, Peitoral Maior; Grande Dorsal; Manúbrio, Clavículas, Costelas. Itens Inclusos: 02 frascos de talco; 02 frasco com 30 ml de sangue artificial; 01 base com haste em alumínio; almofadas de substituição; 01 pêra; 01 bolsa para fluido; 01 seringa de 10 ml; 01 maleta de Alumínio; lubrificante e 01 manual em português	2
2	482445	SIMULADOR TORSO OROTRAQUEAL PARA TREINO DE INTUBAÇÃO TRAQUEAL	Descrição: simulador de intubação adulto, com dispositivo de controle, com características anatômicas realísticas, cavidade oral com dentes, língua, traqueia, esôfago, pulmões e estômago. Para treinamento de intubação orotraqueal, com gerenciador eletrônico com sistema de luzes e alerta sonoro, indicando corretamente procedimento ou não; com movimento de abertura da boca e extensão da cabeça, oferecendo aos praticantes uma sensação realista; possibilita a avaliação das pupilas em estado de midríase e miose. Material: Confeccionado em PVC e poli elastômero. Composto por: Torso adulto para treino de intubação traqueal com gerenciador. O modelo deverá permitir: avaliação das pupilas em estado de midríase e miose; treino de intubação orotraqueal, com alerta sonoro e luminoso de advertência; ventilação com uso do ambú, com visualização da expansão dos pulmões; visualização da expansão do estômago com alerta luminoso e sonoro, quando a ventilação for feita incorretamente. Itens Inclusos cânula; seringa de 5ml; gerenciador de controle; fonte; maleta de transporte; e manual do usuário em português.	2
3	462781	TREINADOR DE DEA (DEFIBRILADOR PARA TREINAMENTO)	Descrição: Desfibrilador externo automático de treinamento simulador de desfibrilador semiautomático com cenários pré-programados, com as novas guias internacionais em vigor (AHA, 2020). O produto deve dispor de no mínimo 10 cenários pré-programados que simulam distintas situações de uso de um desfibrilador semiautomático, funcione com pilhas comuns, comando a distância para controle de cenários, kit de programação: muda o idioma, modifica vários parâmetros e permite criar 3 cenários personalizados, os comandos de voz devem estar no idioma português. o equipamento deve estar acompanhado de mala de transporte, baterias, pá adesiva de treinamento adulto, controle remoto e manual de instruções.	4
4	482417	MANEQUIM TORSO PARA TREINAMENTO DE RCP ADULTO	Descrição: Manequim para treinamento de primeiros socorros, sua estrutura permite treinamento de massagens torácicas e respiração artificial. Com display ou software que fornece parâmetros de todo procedimento, com impressão de relatório após o termino do treinamento de erros e acertos dos procedimentos. Com visibilidade da expansão do tórax durante a aplicação da técnica. Incluso: Obstrução de vias aéreas naturais mandíbula móvel; elevação do tórax com inflações; marcações realísticas para localização do ponto de compressão; pulso Carotídeo, automático manequim RCP; indicação de prática de insuflação e compressão (com guia de habilidade ou relator de habilidade); retorno de	8

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			acordo com as diretrizes do AHA (2020); função de registro de sequência de treinamento; painel de controle; Colchonete; maleta p/ transporte; 1 caixa c/ 50 lenços faciais; 4 vias aéreas (pulmão); 2 máscaras faciais e 2 pescoços.	
5	330385	MANEQUIM BEBÊ PARA TREINAMENTO DE RCP	Manequim simulador infantil para treinamento de RCP (Kit 4 unidades). O manequim realístico infantil (bebê) precisará apresentar as seguintes características: Sobre a capacidade Pulmonar, volume suficiente que permite o tórax expandir e abaixar com cada respiração de salvamento; elasticidade do tórax tipo humano, quanto a ventilação e compressão e quanto a expansão do tórax por ventilação. Vias Aéreas com obstrução natural de abrir a via aérea como em uma situação real executando adequadamente inclinação da cabeça com vias aéreas abertas/bloqueadas; obstrução de via aérea por um corpo estranho com a liberação do corpo estranho através de tapotagem torácicas. Na respiração permite respiração Boca - Boca (com ou sem barreira respiratória), narina que pode ser pinçada permitindo respiração Boca – nariz e respiração só nariz; Possibilita o uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação; Permite a respiração com máscara bucal (ambas Pocket Mask e BagValve Mask (BVM)); Permite compressões de tórax a uma profundidade de 4 cm. (1 e meia polegada); Marcos realista de mamilos, Esterno; Expansão torácica durante ventilação com feedback sobre o posicionamento da mão; Permite a colocação das pás do DEA de treinamento. Todos os materiais e partes de via aérea reutilizáveis podem ser limpos, atendendo as normas de descontaminação do CDC e as normas do fabricante. Não contém látex em qualquer parte, componente ou subcomponente nos quais os participantes podem entrar em contato; Representa o tamanho e forma de um bebê de 3 meses. Precisa de 2 pilhas AA. Conexão via aplicativos gratuitos.GARANTIA DE 01 ANO.	2
6	482086	MANEQUIM SIMULADOR RCP INFANTIL	Manequim simulador infantil para treinamento de ressuscitação. O manequim de simulação realística infantil (adulto pequeno porte) precisará apresentar as seguintes características: Quanto a capacidade Pulmonar, volume suficiente que permita o tórax expandir e abaixar com cada respiração de salvamento, elasticidade do tórax tipo humano, quanto a ventilação e compressão e quanto a expansão do tórax por ventilação. Na respiração, obstrução natural das vias aéreas que permita inclinação da cabeça, elevação do queixo, pressão da Mandíbula. Permita respiração boca - boca (com ou sem barreira respiratória), com narina podendo ser pinçada, respiração boca - nariz, respiração só nariz. Possibilidade de uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação e permita a respiração com máscara bucal (ambas Pocket Mask e Bag-Valve Mask (BVM)). Na compressão, tórax que simule marcos anatômicos realísticos (mamilos, esterno, costelas) permitindo o posicionamento das mãos. Compressões de tórax a uma profundidade de aproximadamente 4 cm, dispositivo audível para confirmar zona de compressão, sinalização para caracterizar a profundidade da compressão correta. Para a desfibrilação deve permitir a colocação das pás do DEA de treinamento. Todos os materiais e partes de via aérea devem ser reutilizáveis devem ser capazes de serem limpos e descontaminados por CDC e conforme as normas do fabricante. Não pode conter látex em qualquer parte, componente ou subcomponente nos quais os participantes podem entrar em contato. Conexão via aplicativos gratuitos. 01 ANO DE GARANTIA.	4
7	391775	MANEQUIM DE RCP ELETRÔNICO INFANTIL	MANEQUIM DE RCP ELETRÔNICO INFANTIL,Manequim composto luzes de indicadores de circulação sanguínea, auxiliando na visualização do fluxo sanguíneo do coração para o cérebro; indicadores de	2

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			compressão: dependendo da qualidade da CPR, os indicadores devem acender parcial ou completamente; indicadores completamente iluminados indicam que o procedimento foi realizado corretamente; os indicadores estão inter- relacionados com o valor predefinido de profundidade e velocidade de compressão prescrito nas diretrizes de CPR de 2020 (AHA); indicadores de qualidade CPR: estes apenas acendem quando a profundidade e a velocidade de compactação coincidem corretamente com o valor padrão fornecido; O manequim também tem as seguintes funções para suporte básico de vida: marcos anatômicos, como o esterno, caixa torácica, entalhe esternal; feedback audível reforça a profundidade de compressão correta; elevação torácica altamente realista com ventilações corretas; passagens orais e nasais permitem uma pinça nasal realista necessária para a ventilação boca-a-nariz; inclinação da cabeça realista e elevação do queixo para abertura das vias aéreas; inclui: 10 sacos de proteção facial. Compatível para desfibrilação: Compatível com todas as marcas padrão e tipos de desfibriladores, monitores e simuladores de pacientes; a caixa de carga interna deve absorver a força total de cada choque - projetada para suportar até 360 Joules, no máximo recomendado; monitorar real em 4 locais de ECG e 2 locais de desfibrilação 01 ANO DE GARANTIA.	
8	391776	MANEQUIM DE RCP COMPLETO ELETRÔNICO - ADULTO	MANEQUIM DE TREINAMENTO DE CPR – CORPO INTEIRO Descrição: Manequim composto luzes de indicadores de circulação sanguínea, auxiliando na visualização do fluxo sanguíneo do coração para o cérebro; indicadores de compressão: dependendo da qualidade da CPR, os indicadores devem acender parcial ou completamente; indicadores completamente iluminados indicam que o procedimento foi realizado corretamente; os indicadores estão inter-relacionados com o valor predefinido de profundidade e velocidade de compressão prescrito nas diretrizes de CPR de 2020 (AHA); indicadores de qualidade CPR: estes apenas acendem quando a profundidade e a velocidade de compactação coincidem corretamente com o valor padrão fornecido; O manequim também tem as seguintes funções para suporte básico de vida: marcos anatômicos, como o esterno, caixa torácica, entalhe esternal; feedback audível reforça a profundidade de compressão correta; elevação torácica altamente realista com ventilações corretas; passagens orais e nasais permitem uma pinça nasal realista necessária para a ventilação boca-a-nariz; inclinação da cabeça realista e elevação do queixo para abertura das vias aéreas; inclui: 10 sacos de proteção facial. Compatível para desfibrilação: Compatível com todas as marcas padrão e tipos de desfibriladores, monitores e simuladores de pacientes; a caixa de carga interna deve absorver a força total de cada choque - projetada para suportar até 360 Joules, no máximo recomendado; monitorar real em 4 locais de ECG e 2 locais de desfibrilação 01 ANO DE GARANTIA.	2
9	391779	SIMULADOR DE CABEÇA PEDIÁTRICA PARA PUNÇÃO VENOSA	Simulador de cabeça pediátrica em posição lateralizada, apresenta características anatômicas realísticas de um neonatal com textura de pele macia e sistema de veias na região do couro cabeludo para treino de punção venosa. Para treinamento e aperfeiçoamento de técnicas em punção para coleta de sangue e administração de medicamentos em bebês. Confeccionado em poli elastômero, PVC e poli elastômero. Principais veias para punção na região da cabeça como: veias temporais, veias superficiais e veias frontais; Treinamento de punção em veias do couro cabeludo de um neonatal com retorno venoso quando o procedimento for aplicado corretamente; Realização de administração de soluções;	2
10	391779	SIMULADOR DE	Acessos às veias para a terapia intravenosa e a seção de veia, com pontos	4

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

		<p align="center">BRAÇO PARA PUNÇÃO VENOSA - ADULTO</p>	<p>para injeção intramuscular e subcutânea. Um sistema vascular amplo e ramificado que permita a introdução de cateteres periféricos de longa duração. Abastecimento de todas as veias juntas de sangue artificial a partir de uma única bolsa externa de armazenamento de líquido. O dorso da mão com de veias metacarpais e digitais para a injeção com exemplos de veias basílica, cefálica, cefálica acessória, veia mediana antebraquial. Locais para injeções intramusculares e pontos preparados para injeções subcutâneas; Pontos ósseos de orientação, fiéis à realidade. As injeções subcutâneas devem provocar as características bolhas na pele nas partes do braço previstas para a injeção. A articulação da mão pode ser dobrada e permite assim aos estudantes a prática de numerosas manipulações mais difíceis. Veias na palpação e ao penetrar uma veia com a agulha, deve-se superar uma clara resistência. A pele e as veias artificiais que podem ser integralmente trocadas.</p>	
11	391779	<p align="center">SIMULADOR DE BRAÇO PARA PUNÇÃO VENOSA - INFANTIL</p>	<p>Acessos às veias para a terapia intravenosa e a seção de veia, com pontos para injeção intramuscular e subcutânea. Um sistema vascular amplo e ramificado que permita a introdução de cateteres periféricos de longa duração. Abastecimento de todas as veias juntas de sangue artificial a partir de uma única bolsa externa de armazenamento de líquido. O dorso da mão com de veias metacarpais e digitais para a injeção com exemplos de veias basílica, cefálica, cefálica acessória, veia mediana antebraquial. Locais para injeções intramusculares e pontos preparados para injeções subcutâneas; Pontos ósseos de orientação, fiéis à realidade. As injeções subcutâneas devem provocar as características bolhas na pele nas partes do braço previstas para a injeção. A articulação da mão pode ser dobrada e permite assim aos estudantes a prática de numerosas manipulações mais difíceis. Veias na palpação e ao penetrar uma veia com a agulha, deve-se superar uma clara resistência. A pele e as veias artificiais que podem ser integralmente trocadas.</p>	4





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ITEM	CATMAT	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	482530	SIMULADOR TORSO PARA DRENAGEM DE TÓRAX	Descrição: simulador de drenagem torácica, confeccionado em PVC, resina plástica emborrachada siliconada e membrana gelatinosa, indicado para o treinamento de: Pneumotórax Hipertensivo Bilateral; Toracocentese, Hidropneunotorax; Colocação de Dreno; representando o tórax de um paciente adulto, sendo possível identificar as estruturas anatômicas que orientam os procedimentos tais como: Abdômen; Tórax, Processo Xifoide, Esterno, Peitoral Maior; Grande Dorsal; Manúbrio, Clavículas, Costelas. Itens Inclusos: 02 frascos de talco; 02 frasco com 30 ml de sangue artificial; 01 base com haste em alumínio; almofadas de substituição; 01 pêra; 01 bolsa para fluido; 01 seringa de 10 ml; 01 maleta de Alumínio; lubrificante e 01 manual em português	2	8.765,87	17.531,74
2	482445	SIMULADOR TORSO OROTRAQUEAL PARA TREINO DE INTUBAÇÃO TRAQUEAL	Descrição: simulador de intubação adulto, com dispositivo de controle, com características anatômicas realísticas, cavidade oral com dentes, língua, traqueia, esôfago, pulmões e estômago. Para treinamento de intubação orotraqueal, com gerenciador eletrônico com sistema de luzes e alerta sonoro, indicando corretamente procedimento ou não; com movimento de abertura da boca e extensão da cabeça, oferecendo aos praticantes uma sensação realista; possibilita a avaliação das pupilas em estado de midríase e miose. Material: Confeccionado em PVC e poli elastômero. Composto por: Torso adulto para treino de intubação traqueal com gerenciador. O modelo deverá permitir: avaliação das pupilas em estado de midríase e miose; treino de intubação orotraqueal, com alerta sonoro e luminoso de advertência; ventilação com uso do ambú, com visualização da expansão dos pulmões; visualização da expansão do estômago com alerta luminoso e sonoro, quando a ventilação for feita incorretamente. Itens Inclusos cânula; seringa de 5ml; gerenciador de controle; fonte; maleta de transporte; e manual do usuário em português.	2	3.860,36	7.720,72
3	462781	TREINADOR DE DEA (DEFIBRILADOR PARA TREINAMENTO)	Descrição: Desfibrilador externo automático de treinamento simulador de desfibrilador semiautomático com cenários pré-programados, com as novas guias internacionais em vigor (AHA, 2020). O produto deve dispor de no mínimo 10 cenários pré-programados que simulam distintas situações de uso de um desfibrilador semiautomático, funcione com pilhas comuns, comando a distância para controle de cenários, kit de programação: muda o idioma, modifica vários parâmetros e permite criar 3 cenários personalizados, os comandos de voz devem estar no idioma português. o equipamento deve estar acompanhado de mala de transporte, baterias, pá	4	2.502,39	10.009,56

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			adesiva de treinamento adulto, controle remoto e manual de instruções.			
4	482417	MANEQUIM TORSO PARA TREINAMENTO DE RCP ADULTO	Descrição: Manequim para treinamento de primeiros socorros, sua estrutura permite treinamento de massagens torácicas e respiração artificial. Com display ou software que fornece parâmetros de todo procedimento, com impressão de relatório após o término do treinamento de erros e acertos dos procedimentos. Com visibilidade da expansão do tórax durante a aplicação da técnica. Incluso: Obstrução de vias aéreas naturais mandíbula móvel; elevação do tórax com inflações; marcações realísticas para localização do ponto de compressão; pulso Carotídeo, automático manequim RCP; indicação de prática de insuflação e compressão (com guia de habilidade ou relator de habilidade); retorno de acordo com as diretrizes do AHA (2020); função de registro de sequência de treinamento; painel de controle; Colchonete; maleta p/ transporte; 1 caixa c/ 50 lenços faciais; 4 vias aéreas (pulmão); 2 máscaras faciais e 2 pescoços.	8	1.335,58	10.684,64
5	330385	MANEQUIM BEBÊ PARA TREINAMENTO DE RCP	Manequim simulador infantil para treinamento de RCP (Kit 4 unidades). O manequim realístico infantil (bebê) precisará apresentar as seguintes características: Sobre a capacidade Pulmonar, volume suficiente que permite o tórax expandir e abaixar com cada respiração de salvamento; elasticidade do tórax tipo humano, quanto a ventilação e compressão e quanto a expansão do tórax por ventilação. Vias Aéreas com obstrução natural de abrir a via aérea como em uma situação real executando adequadamente inclinação da cabeça com vias aéreas abertas/bloqueadas; obstrução de via aérea por um corpo estranho com a liberação do corpo estranho através de tapotagem torácicas. Na respiração permite respiração Boca - Boca (com ou sem barreira respiratória), narina que pode ser pinçada permitindo respiração Boca - nariz e respiração só nariz; Possibilita o uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação; Permite a respiração com máscara bucal (ambas Pocket Mask e BagValve Mask (BVM)); Permite compressões de tórax a uma profundidade de 4 cm. (1 e meia polegada); Marcos realista de mamilos, Esterno; Expansão torácica durante ventilação com feedback sobre o posicionamento da mão; Permite a colocação das pás do DEA de treinamento. Todos os materiais e partes de via aérea reutilizáveis podem ser limpos, atendendo as normas de descontaminação do CDC e as normas do fabricante. Não contém látex em qualquer parte, componente ou subcomponente nos quais os participantes podem entrar em contato; Representa o tamanho e forma de um bebê de 3 meses. Precisa de 2 pilhas AA. Conexão via aplicativos gratuitos. GARANTIA DE 01 ANO.	2	6.817,50	13.635,00

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

6	482086	MANEQUIM SIMULADOR RCP INFANTIL	<p>Manequim simulador infantil para treinamento de ressuscitação. O manequim de simulação realística infantil (adulto pequeno porte) precisará apresentar as seguintes características: Quanto a capacidade Pulmonar, volume suficiente que permita o tórax expandir e abaixar com cada respiração de salvamento, elasticidade do tórax tipo humano, quanto a ventilação e compressão e quanto a expansão do tórax por ventilação. Na respiração, obstrução natural das vias aéreas que permita inclinação da cabeça, elevação do queixo, pressão da Mandíbula. Permita respiração boca - boca (com ou sem barreira respiratória), com narina podendo ser pinçada, respiração boca - nariz, respiração só nariz. Possibilidade de uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação e permita a respiração com máscara bucal (ambas Pocket Mask e Bag-Valve Mask (BVM)). Na compressão, tórax que simule marcos anatômicos realísticos (mamilos, esterno, costelas) permitindo o posicionamento das mãos. Compressões de tórax a uma profundidade de aproximadamente 4 cm, dispositivo audível para confirmar zona de compressão, sinalização para caracterizar a profundidade da compressão correta. Para a desfibrilação deve permitir a colocação das pás do DEA de treinamento. Todos os materiais e partes de via aérea devem ser reutilizáveis devem ser capazes de serem limpos e descontaminados por CDC e conforme as normas do fabricante. Não pode conter látex em qualquer parte, componente ou subcomponente nos quais os participantes podem entrar em contato. Conexão via aplicativos gratuitos. 01 ANO DE GARANTIA.</p>	4	12.599,44	50.397,76
7	391775	MANEQUIM DE RCP ELETRÔNICO INFANTIL	<p>MANEQUIM DE RCP ELETRÔNICO INFANTIL, Manequim composto luzes de indicadores de circulação sanguínea, auxiliando na visualização do fluxo sanguíneo do coração para o cérebro; indicadores de compressão: dependendo da qualidade da CPR, os indicadores devem acender parcial ou completamente; indicadores completamente iluminados indicam que o procedimento foi realizado corretamente; os indicadores estão inter-relacionados com o valor predefinido de profundidade e velocidade de compressão prescrito nas diretrizes de CPR de 2020 (AHA); indicadores de qualidade CPR: estes apenas acendem quando a profundidade e a velocidade de compactação coincidem corretamente com o valor padrão fornecido; O manequim também tem as seguintes funções para suporte básico de vida: marcos anatômicos, como o esterno, caixa torácica, entalhe esternal; feedback audível reforça a profundidade de compressão correta; elevação torácica altamente realista com ventilações corretas; passagens orais e nasais permitem uma pinça nasal realista necessária para a ventilação boca-a-nariz; inclinação da cabeça</p>	2	8.788,20	17.576,40

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			realista e elevação do queixo para abertura das vias aéreas; inclui: 10 sacos de proteção facial. Compatível para desfibrilação: Compatível com todas as marcas padrão e tipos de desfibriladores, monitores e simuladores de pacientes; a caixa de carga interna deve absorver a força total de cada choque - projetada para suportar até 360 Joules, no máximo recomendado; monitorar real em 4 locais de ECG e 2 locais de desfibrilação 01 ANO DE GARANTIA.			
8	391776	MANEQUIM DE RCP COMPLETO ELETRÔNICO - ADULTO	MANEQUIM DE TREINAMENTO DE CPR – CORPO INTEIRO Descrição: Manequim composto luzes de indicadores de circulação sanguínea, auxiliando na visualização do fluxo sanguíneo do coração para o cérebro; indicadores de compressão: dependendo da qualidade da CPR, os indicadores devem acender parcial ou completamente; indicadores completamente iluminados indicam que o procedimento foi realizado corretamente; os indicadores estão inter-relacionados com o valor predefinido de profundidade e velocidade de compressão prescrito nas diretrizes de CPR de 2020 (AHA); indicadores de qualidade CPR: estes apenas acendem quando a profundidade e a velocidade de compactação coincidem corretamente com o valor padrão fornecido; O manequim também tem as seguintes funções para suporte básico de vida: marcos anatômicos, como o esterno, caixa torácica, entalhe esternal; feedback audível reforça a profundidade de compressão correta; elevação torácica altamente realista com ventilações corretas; passagens orais e nasais permitem uma pinça nasal realista necessária para a ventilação boca-a-nariz; inclinação da cabeça realista e elevação do queixo para abertura das vias aéreas; inclui: 10 sacos de proteção facial. Compatível para desfibrilação: Compatível com todas as marcas padrão e tipos de desfibriladores, monitores e simuladores de pacientes; a caixa de carga interna deve absorver a força total de cada choque - projetada para suportar até 360 Joules, no máximo recomendado; monitorar real em 4 locais de ECG e 2 locais de desfibrilação 01 ANO DE GARANTIA.	2	10.169,12	20.338,24
9	391779	SIMULADOR DE CABEÇA PEDIÁTRICA PARA PUNÇÃO VENOSA	Simulador de cabeça pediátrica em posição lateralizada, apresenta características anatômicas realísticas de um neonatal com textura de pele macia e sistema de veias na região do couro cabeludo para treino de punção venosa. Para treinamento e aperfeiçoamento de técnicas em punção para coleta de sangue e administração de medicamentos em bebês. Confeccionado em poli elastômero, PVC e poli elastômero. Principais veias para punção na região da cabeça como: veias temporais, veias superficiais e veias frontais; Treinamento de punção em veias do couro cabeludo de um neonatal com retorno venoso quando o procedimento for aplicado corretamente; Realização de administração de soluções;	2	2.250,29	4.500,58

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

10	391779	SIMULADOR DE BRAÇO PARA PUNÇÃO VENOSA - ADULTO	Acessos às veias para a terapia intravenosa e a seção de veia, com pontos para injeção intramuscular e subcutânea. Um sistema vascular amplo e ramificado que permita a introdução de cateteres periféricos de longa duração. Abastecimento de todas as veias juntas de sangue artificial a partir de uma única bolsa externa de armazenamento de líquido. O dorso da mão com de veias metacarpais e digitais para a injeção com exemplos de veias basilica, cefálica, cefálica acessória, veia mediana antebraquial. Locais para injeções intramusculares e pontos preparados para injeções subcutâneas; Pontos ósseos de orientação, fiéis à realidade. As injeções subcutâneas devem provocar as características bolhas na pele nas partes do braço previstas para a injeção. A articulação da mão pode ser dobrada e permite assim aos estudantes a prática de numerosas manipulações mais difíceis. Veias na palpação e ao penetrar uma veia com a agulha, deve-se superar uma clara resistência. A pele e as veias artificiais que podem ser integralmente trocadas.	4	4.807,23	19.228,92
11	391779	SIMULADOR DE BRAÇO PARA PUNÇÃO VENOSA - INFANTIL	Acessos às veias para a terapia intravenosa e a seção de veia, com pontos para injeção intramuscular e subcutânea. Um sistema vascular amplo e ramificado que permita a introdução de cateteres periféricos de longa duração. Abastecimento de todas as veias juntas de sangue artificial a partir de uma única bolsa externa de armazenamento de líquido. O dorso da mão com de veias metacarpais e digitais para a injeção com exemplos de veias basilica, cefálica, cefálica acessória, veia mediana antebraquial. Locais para injeções intramusculares e pontos preparados para injeções subcutâneas; Pontos ósseos de orientação, fiéis à realidade. As injeções subcutâneas devem provocar as características bolhas na pele nas partes do braço previstas para a injeção. A articulação da mão pode ser dobrada e permite assim aos estudantes a prática de numerosas manipulações mais difíceis. Veias na palpação e ao penetrar uma veia com a agulha, deve-se superar uma clara resistência. A pele e as veias artificiais que podem ser integralmente trocadas.	4	4.222,98	16.891,92
VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$						188.515,48

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

NEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PMBV/SMSA-
PREGÃO Nº ____/2023**
**OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA O NÚCLEO DE
EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA DO SAMU BOA VISTA.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C/MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 008981/2023**, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 148/2023**, para Registro de Preços, homologado em _____ por despacho exarado às fls. _____ do referido Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA(S):

EMPRESA(S) REGISTRADA(S)	ITEM(S)	VALOR TOTAL DO(S) ITEM(S)
	1 A 11	

DETALHAMENTO DOS ITENS

ITENS DO TR	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR
1						
2						
-						
11						

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA DO SAMU BOA VISTA**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico** supracitado, os quais integram a presente Ata.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador

Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

2.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujos são integrantes desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA/DO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1 – O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

3.1.1 – Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

3.1.2 – Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.1.3 – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

3.1.4 – Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

3.1.5 – Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

3.2 – A **FORNECEDORA REGISTRADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto desta Ata, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.3 – A **FORNECEDORA REGISTRADA** obriga-se a fornecer o material e/ou prestar o serviço objeto desta Ata, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

4.1 – O valor total do presente Registro de Preços é de R\$ _____ e o preço acertado é o constante na proposta da **FORNECEDORA REGISTRADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes envolvidas, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.1.1 – É vedado efetuar acréscimo dos quantitativos fixados pela ARP inclusive o acréscimo no que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disposto no § 1º, do art. 11, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e no §3º, do art. 25, do Decreto Municipal nº 113/E.

4.2 – Quanto a revisão e alteração dos preços registrados deverá ser obedecido o que segue:

4.2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata negociar junto aos **FORNECEDORES**.

4.2.2 – Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Administração ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços **estão divergentes daqueles praticados no mercado**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

a) Convocar a **FORNECEDORA REGISTRADA**, por meio de correspondência oficial, visando à negociação para adequação dos preços ao praticado no mercado.

a.1) O comparecimento da **FORNECEDORA REGISTRADA** deverá ser no prazo máximo de 5(cinco) dias, a contar do recebimento da notificação;

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

b) Frustrada a negociação, a **FORNECEDORA REGISTRADA** será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação;

d) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração, baseada na planilha de composição de custos apresentada no ato da reformulação da proposta ao último lance verbal.

4.2.3 – Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados**, e a **FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, **não puder cumprir** o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

a) Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação, não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá revogar a Ata de Registro de Preços.

4.2.4 – A cada pedido de revisão de preço deverá a **FORNECEDORA REGISTRADA** comprovar a variação ocorrente.

4.2.5 – A critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, poderá ser exigida da **FORNECEDORA REGISTRADA** a lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterà, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

4.2.6 – Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou não da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

4.2.7 – O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento do pregão, devidamente apurado, e os propostos pela **FORNECEDORA REGISTRADA** será mantido durante toda a vigência do registro.

4.2.7.1 – O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

4.2.8 – É vedado à **FORNECEDORA REGISTRADA** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do edital.

4.2.9 – a revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

4.2.10 – Na hipótese da **FORNECEDORA REGISTRADA** não efetuar a adequação dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seu critério poderá cancelar parcialmente ou totalmente a ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – A presente Ata de Registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, nos termos do § 3º, III, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e, ainda, do caput do art. 12 do Decreto Federal nº 7892/2013 e caput, do art. 25 do Decreto Municipal nº 113/E.

5.2 - A ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3 – A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada sem prejuízo da apreciação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, nos casos de:

- a) Inadimplemento, irregularidade ou lentidão no cumprimento das obrigações assumidas;
- b) Ocorrência de declaração de falência ou instrução de insolvência civil promitente.

6.2 Em qualquer dos casos, aplica-se o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 no tocante ao reconhecimento dos direitos da Administração.

6.3 – A **FORNECEDORA** terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

6.4 – A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6.5 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas acima, assegurados e contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES EXTRAORDINÁRIAS (CARONAS)

7.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de Preços, deverão manifestar, seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.2 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº 7892/2013 e art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.2.1 - O Termo de Adesão do órgão carona deve ser dirigido ao órgão gerenciador, com indicação de seu interesse e da quantidade estimada para conhecimento daquele órgão.

7.2.2 – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante ou carona deverá efetivar a aquisição total ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.2.3 – A responsabilidade do órgão não participante ou carona é restrito às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

7.2.4 – O órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão não participante ou carona.

7.2.5 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ao órgão gerenciador.

7.3 – Caberá à **FORNECEDORA** beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7.4 – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ARP** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos participantes que aderirem, consoante disposto no § 7º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

7.5 – As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, em atenção ao § 8º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.6 – Órgãos municipais não participantes em Atas do próprio município ou de órgãos estaduais e federais da Administração Pública, quando forem aderir a ARP deverão instruir o processo conforme as regras estabelecidas no art. 11, alíneas “a” a “h”, do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – O **ÓRGÃO GERENCIADOR** publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preços, com indicação do número da licitação, do objeto, de forma sucinta, e do endereço do portal eletrônico da Internet onde poderão ser obtidas as informações detalhadas de todos os elementos da ata, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.2 – Nos casos em que houver a necessidade de publicação no Diário Oficial da União – DOU, o referido extrato deverá ser encaminhado à SMLIC, consoante §1º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.3 – Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ata nos termos estabelecidos neste artigo, é necessária a publicação da mesma em jornal de grande circulação, consoante §2º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e da **FORNECEDORA REGISTRADA**, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

9.2 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892/ 2013 e consoante §5º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.5 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, conforme dispõe o art. 23, do Decreto Municipal nº 113/E.

9.6– O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam-se a presente Ata, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2023.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:

2. CIC:

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-
RR, E A EMPRESA PARA OS
FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da CONTRATADA), firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 008981/2023**, doravante referido por Processo, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 148/2023**, homologado em por despacho exarado às fls. do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1- Constitui objeto do presente contrato **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA DO SAMU BOA VISTA**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e Termo de Referência, correspondentes aos **ITENS de 1 a 11**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- a) o edital pertinente ao Pregão Eletrônico nº 148/2023 e o anexo I (Termo de Referência);
- b) proposta da **CONTRATADA**;
- c) ata da sessão da licitação e ata de registro de preços;
- d) demais documentos anexados ao Processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1- A **CONTRATADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **CONTRATANTE** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.2- Os prazos, condições para o fornecimento são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

4.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), e o preço é o constante da proposta da **CONTRATADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes contratantes, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.2 – O prazo para pagamento de serviços e aquisição, será de 30 (trinta) dias após liquidação das Notas Fiscais /Faturas no Fundo Municipal de Saúde – FMS, vinculado à Secretaria Municipal de

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Saúde – SMSA, conforme Lei nº 1.355, de 19 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial do Município nº 2986, de 20 de julho de 2011;

4.2.1 – Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar: Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL. CNPJ: 05.943.030/0001-55 Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco. CEP: 69.305-130.

4.3 – Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.4 – A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

4.5 – Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

4.6 – A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

4.7 – Nas Notas Fiscais/DANFE deverá constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta.

4.8 – Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

4.9 – A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.10 – Quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1 - Os materiais deverão ter garantia de fábrica (assistência técnica local) mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento, aplicando-se no que couberem, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 – Código Defesa Consumidor;

5.2 - Os materiais deverão ser fornecidos com 01 (um) manual impresso ou digital em português.

5.3 - Caso o fabricante e/ou fornecedor possua uma política de garantia superior à especificada neste item, deverá ser adotada a que melhor beneficie a Administração Pública;

5.4 - No caso dos equipamentos e insumos apresentarem defeitos e, conseqüentemente ser substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

5.5 - Os ônus de substituição dos equipamentos e insumos serão suportados exclusivamente pela contratada.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 de dezembro do decorrente ano, conforme caput do art. 57 da Lei 8.666/93, iniciando a partir da sua assinatura.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 – Além das obrigações resultantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, aqui não transcritas, compete:

I – Ao CONTRATANTE:

1-As obrigações da **CONTRATANTE** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

II – À CONTRATADA:

1 – As obrigações da **CONTRATADA** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

1.1 - Além das obrigações elencadas no Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação, compete a contratada ainda, responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, ao executar os serviços, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu lugar agir;

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da **Unidade Orçamentária: Funcional Programática: Categoria Econômica: Fontes de Recursos:** tendo sido emitida a **Nota de Empenho** nº ____, de __/__/2023, no valor de R\$ _____ (____).

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93, e/ou a aplicação pelo **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

10.1 – A fiscalização da entrega do objeto contratado será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominado **FISCAIS**, nos termos dispostos no art. 67 c/c art. 70, ambos da Lei 8.666/93.

10.2 – Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 57 da Lei 8666/93.

10.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

10.4 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

10.5 - Além das obrigações elencadas acima, compete a contratada cumprir com as demais obrigações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

12.1 – O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Município de Boa Vista (DOM), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, firma-se o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:

2. CIC:





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO IV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX)

FAX (XX)

E-MAIL:

NOME P/CONTATO:

2 - ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, nº do documento de identidade, nº do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por JOSE WLCLEBER LEAL CASTRO em 27/09/2023 às 14:17

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: FE395AD





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO N.º 008981/2023-SMSA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA DO SAMU BOA VISTA.

ITEM	MARCA	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1		SIMULADOR TORSO PARA DRENAGEM DE TÓRAX	Descrição: simulador de drenagem torácica, confeccionado em PVC, resina plástica emborrachada siliconada e membrana gelatinosa, indicado para o treinamento de: Pneumotórax Hipertensivo Bilateral; Toracocentese, Hidropneunotorax; Colocação de Dreno; representando o tórax de um paciente adulto, sendo possível identificar as estruturas anatômicas que orientam os procedimentos tais como: Abdômen; Tórax, Processo Xifoide, Esterno, Peitoral Maior; Grande Dorsal; Manúbrio, Clavículas, Costelas. Itens Inclusos: 02 frascos de talco; 02 frasco com 30 ml de sangue artificial; 01 base com haste em alumínio; almofadas de substituição; 01 pêra; 01 bolsa para fluido; 01 seringa de 10 ml; 01 maleta de Alumínio; lubrificante e 01 manual em português	2		
2		SIMULADOR TORSO OROTRAQUEAL PARA TREINO DE INTUBAÇÃO TRAQUEAL	Descrição: simulador de intubação adulto, com dispositivo de controle, com características anatômicas realísticas, cavidade oral com dentes, língua, traqueia, esôfago, pulmões e estômago. Para treinamento de intubação orotraqueal, com gerenciador eletrônico com sistema de luzes e alerta sonoro, indicando corretamente procedimento ou não; com movimento de abertura da boca e extensão da cabeça, oferecendo aos praticantes uma sensação realista; possibilita a avaliação das pupilas em estado de midríase e miose. Material: Confeccionado em PVC e poli elastômero. Composto por: Torso adulto para treino de intubação traqueal com gerenciador. O modelo deverá permitir: avaliação das pupilas em estado de midríase e miose; treino de intubação orotraqueal, com alerta sonoro e luminoso de advertência; ventilação com uso do ambú, com visualização da expansão dos pulmões; visualização da expansão do estômago com alerta luminoso e sonoro, quando a ventilação for feita incorretamente. Itens Inclusos cânula; seringa de 5ml; gerenciador de controle; fonte; maleta de transporte; e manual do usuário em português.	2		
3		TREINADOR DE DEA (DEFIBRILADOR PARA TREINAMENTO)	Descrição: Desfibrilador externo automático de treinamento simulador de desfibrilador semiautomático com cenários pré-programados, com as novas guias internacionais em vigor (AHA, 2020). O produto deve dispor de no mínimo 10 cenários pré-programados que simulam distintas situações de uso de um desfibrilador semiautomático, funcione com pilhas comuns, comando a distância para controle de cenários, kit de programação: muda o idioma, modifica vários parâmetros e permite criar 3 cenários personalizados, os comandos de voz devem estar no idioma português. o equipamento deve estar	4		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			acompanhado de mala de transporte, baterias, pá adesiva de treinamento adulto, controle remoto e manual de instruções.			
4		MANEQUIM TORSO PARA TREINAMENTO DE RCP ADULTO	Descrição: Manequim para treinamento de primeiros socorros, sua estrutura permite treinamento de massagens torácicas e respiração artificial. Com display ou software que fornece parâmetros de todo procedimento, com impressão de relatório após o término do treinamento de erros e acertos dos procedimentos. Com visibilidade da expansão do tórax durante a aplicação da técnica. Incluso: Obstrução de vias aéreas naturais mandíbula móvel; elevação do tórax com inflações; marcações realísticas para localização do ponto de compressão; pulso Carotídeo, automático manequim RCP; indicação de prática de insuflação e compressão (com guia de habilidade ou relator de habilidade); retorno de acordo com as diretrizes do AHA (2020); função de registro de sequência de treinamento; painel de controle; Colchonete; maleta p/ transporte; 1 caixa c/ 50 lenços faciais; 4 vias aéreas (pulmão); 2 máscaras faciais e 2 pescoços.	8		
5		MANEQUIM BEBÊ PARA TREINAMENTO DE RCP	Manequim simulador infantil para treinamento de RCP (Kit 4 unidades). O manequim realístico infantil (bebê) precisará apresentar as seguintes características: Sobre a capacidade Pulmonar, volume suficiente que permite o tórax expandir e abaixar com cada respiração de salvamento; elasticidade do tórax tipo humano, quanto a ventilação e compressão e quanto a expansão do tórax por ventilação. Vias Aéreas com obstrução natural de abrir a via aérea como em uma situação real executando adequadamente inclinação da cabeça com vias aéreas abertas/bloqueadas; obstrução de via aérea por um corpo estranho com a liberação do corpo estranho através de tapotagem torácicas. Na respiração permite respiração Boca - Boca (com ou sem barreira respiratória), narina que pode ser pinçada permitindo respiração Boca - nariz e respiração só nariz; Possibilita o uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação; Permite a respiração com máscara bucal (ambas Pocket Mask e BagValve Mask (BVM); Permite compressões de tórax a uma profundidade de 4 cm. (1 e meia polegada); Marcos realista de mamilos, Esterno; Expansão torácica durante ventilação com feedback sobre o posicionamento da mão; Permite a colocação das pás do DEA de treinamento. Todos os materiais e partes de via aérea reutilizáveis podem ser limpos, atendendo as normas de descontaminação do CDC e as normas do fabricante. Não contém látex em qualquer parte, componente ou subcomponente nos quais os participantes podem entrar em contato; Representa o tamanho e forma de um bebê de 3 meses. Precisa de 2 pilhas AA. Conexão via aplicativos gratuitos.GARANTIA DE 01 ANO.	2		
6		MANEQUIM SIMULADOR RCP INFANTIL	Manequim simulador infantil para treinamento de ressuscitação. O manequim de simulação realística infantil (adulto pequeno porte) precisará apresentar as seguintes características: Quanto a capacidade Pulmonar, volume suficiente que permita o tórax expandir e abaixar com cada respiração de salvamento, elasticidade do tórax tipo humano, quanto a ventilação e compressão e quanto a expansão do tórax por ventilação. Na respiração, obstrução natural das vias aéreas que permita inclinação da cabeça, elevação do queixo, pressão da Mandíbula. Permita respiração boca - boca (com ou sem barreira respiratória), com narina podendo ser pinçada, respiração boca -	4		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			nariz, respiração só nariz. Possibilidade de uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação e permita a respiração com máscara bucal (ambas Pocket Mask e Bag-Valve Mask (BVM)). Na compressão, tórax que simule marcos anatômicos realísticos (mamilos, esterno, costelas) permitindo o posicionamento das mãos. Compressões de tórax a uma profundidade de aproximadamente 4 cm, dispositivo audível para confirmar zona de compressão, sinalização para caracterizar a profundidade da compressão correta. Para a desfibrilação deve permitir a colocação das pás do DEA de treinamento. Todos os materiais e partes de via aérea devem ser reutilizáveis devem ser capazes de serem limpos e descontaminados por CDC e conforme as normas do fabricante. Não pode conter látex em qualquer parte, componente ou subcomponente nos quais os participantes podem entrar em contato. Conexão via aplicativos gratuitos. 01 ANO DE GARANTIA.			
7		MANEQUIM DE RCP ELETRÔNICO INFANTIL	MANEQUIM DE RCP ELETRÔNICO INFANTIL, Manequim composto luzes de indicadores de circulação sanguínea, auxiliando na visualização do fluxo sanguíneo do coração para o cérebro; indicadores de compressão: dependendo da qualidade da CPR, os indicadores devem acender parcial ou completamente; indicadores completamente iluminados indicam que o procedimento foi realizado corretamente; os indicadores estão inter-relacionados com o valor predefinido de profundidade e velocidade de compressão prescrito nas diretrizes de CPR de 2020 (AHA); indicadores de qualidade CPR: estes apenas acendem quando a profundidade e a velocidade de compactação coincidem corretamente com o valor padrão fornecido; O manequim também tem as seguintes funções para suporte básico de vida: marcos anatômicos, como o esterno, caixa torácica, entalhe esternal; feedback audível reforça a profundidade de compressão correta; elevação torácica altamente realista com ventilações corretas; passagens orais e nasais permitem uma pinça nasal realista necessária para a ventilação boca-a-nariz; inclinação da cabeça realista e elevação do queixo para abertura das vias aéreas; inclui: 10 sacos de proteção facial. Compatível para desfibrilação: Compatível com todas as marcas padrão e tipos de desfibriladores, monitores e simuladores de pacientes; a caixa de carga interna deve absorver a força total de cada choque - projetada para suportar até 360 Joules, no máximo recomendado; monitorar real em 4 locais de ECG e 2 locais de desfibrilação 01 ANO DE GARANTIA.	2		
8		MANEQUIM DE RCP COMPLETO ELETRÔNICO - ADULTO	MANEQUIM DE TREINAMENTO DE CPR – CORPO INTEIRO Descrição: Manequim composto luzes de indicadores de circulação sanguínea, auxiliando na visualização do fluxo sanguíneo do coração para o cérebro; indicadores de compressão: dependendo da qualidade da CPR, os indicadores devem acender parcial ou completamente; indicadores completamente iluminados indicam que o procedimento foi realizado corretamente; os indicadores estão inter-relacionados com o valor predefinido de profundidade e velocidade de compressão prescrito nas diretrizes de CPR de 2020 (AHA); indicadores de qualidade CPR: estes apenas acendem quando a profundidade e a velocidade de compactação coincidem corretamente com o valor padrão fornecido; O manequim também tem as seguintes funções para suporte básico de vida: marcos anatômicos, como o esterno, caixa torácica, entalhe	2		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

			esternal; feedback audível reforça a profundidade de compressão correta; elevação torácica altamente realista com ventilações corretas; passagens orais e nasais permitem uma pinça nasal realista necessária para a ventilação boca-a-nariz; inclinação da cabeça realista e elevação do queixo para abertura das vias aéreas; inclui: 10 sacos de proteção facial. Compatível para desfibrilação: Compatível com todas as marcas padrão e tipos de desfibriladores, monitores e simuladores de pacientes; a caixa de carga interna deve absorver a força total de cada choque - projetada para suportar até 360 Joules, no máximo recomendado; monitorar real em 4 locais de ECG e 2 locais de desfibrilação 01 ANO DE GARANTIA.			
9		SIMULADOR DE CABEÇA PEDIÁTRICA PARA PUNÇÃO VENOSA	Simulador de cabeça pediátrica em posição lateralizada, apresenta características anatômicas realísticas de um neonatal com textura de pele macia e sistema de veias na região do couro cabeludo para treino de punção venosa. Para treinamento e aperfeiçoamento de técnicas em punção para coleta de sangue e administração de medicamentos em bebês. Confeccionado em poli elastômero, PVC e poli elastômero. Principais veias para punção na região da cabeça como: veias temporais, veias superficiais e veias frontais; Treinamento de punção em veias do couro cabeludo de um neonatal com retorno venoso quando o procedimento for aplicado corretamente; Realização de administração de soluções;	2		
10		SIMULADOR DE BRAÇO PARA PUNÇÃO VENOSA - ADULTO	Acessos às veias para a terapia intravenosa e a seção de veia, com pontos para injeção intramuscular e subcutânea. Um sistema vascular amplo e ramificado Que permita a introdução de cateteres periféricos de longa duração. Abastecimento de todas as veias juntas de sangue artificial a partir de uma única bolsa externa de armazenamento de líquido. O dorso da mão com de veias metacarpais e digitais para a injeção com exemplos de veias basilica, cefálica, cefálica acessória, veia mediana antebraquial. Locais para injeções intramusculares e pontos preparados para injeções subcutâneas; Pontos ósseos de orientação, fiéis à realidade. As injeções subcutâneas devem provocar as características bolhas na pele nas partes do braço previstas para a injeção. A articulação da mão pode ser dobrada e permite assim aos estudantes a prática de numerosas manipulações mais difíceis. Veias na palpação e ao penetrar uma veia com a agulha, deve-se superar uma clara resistência. A pele e as veias artificiais que podem ser integralmente trocadas.	4		
11		SIMULADOR DE BRAÇO PARA PUNÇÃO VENOSA - INFANTIL	Acessos às veias para a terapia intravenosa e a seção de veia, com pontos para injeção intramuscular e subcutânea. Um sistema vascular amplo e ramificado que permita a introdução de cateteres periféricos de longa duração. Abastecimento de todas as veias juntas de sangue artificial a partir de uma única bolsa externa de armazenamento de líquido. O dorso da mão com de veias metacarpais e digitais para a injeção com exemplos de veias basilica, cefálica, cefálica acessória, veia mediana antebraquial. Locais para injeções intramusculares e pontos preparados para injeções subcutâneas; Pontos ósseos de orientação, fiéis à realidade. As injeções subcutâneas devem provocar as características bolhas na pele nas partes do braço previstas para a injeção. A articulação da mão pode ser dobrada e permite assim aos estudantes a prática de numerosas manipulações mais difíceis. Veias na palpação e ao penetrar uma veia com a agulha, deve-se superar uma clara resistência. A pele	4		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

		e as veias artificiais que podem ser integralmente trocadas.			
Local de Entrega:					
Prazo da validade da proposta:					
Prazo para o fornecimento:					
Banco : Agência: C/C:					
Boa Vista-RR, / /2023			Ass. e Carimbo do Proponente :		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visi te o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

